PROCESSO: 0801346-29.2021.8.10.0012 CLASSE CNJ: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE: DANIEL AUGUSTO DE OLIVEIRA ROCHA Advogado/Autoridade do(a) AUTOR: D. A. O. R. - MA15288 REQUERIDO(A): 123 VIAGENS E TURISMO LTDA. TVLX VIAGENS E TURISMO S/A AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A Advogado/Autoridade do(a) DEMANDADO: ALEXANDRE ENEIAS CAPUCHO - SP220844 Advogado/Autoridade do(a) DEMANDADO: ALEXANDRE ENEIAS CAPUCHO - SP220844 SENTENÇA Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Inicialmente, faz-se um relato dos fatos, para melhor compreensão do processo. Narra o autor ter adquirido passagens aéreas para o trecho São Luis - Belo Horizonte, com embarque previsto para 03.04.2020 e retorno em 12.04.2020, por intermédio do site 123 Milhas em parceria com a Viajanet, primeira e segunda requeridas, no valor total de R\$ 1.276,08. Aduz que em virtude da instalação da pandemia do Coronavírus, seu voo foi cancelado e o valor pago convertido em créditos para utilização futura, mas que na tentativa de remarcação não concordou com as diferenças tarifárias.

Assim, solicitou o cancelamento, mas a empresa VIAJANET informou que iria aplicar uma multa, e somente seria restituído o valor de R\$ 66,26 (sessenta e seis reais e vinte e seis centavos) por passageiro, alegando que as condições são impostas pela terceira demandada, Azul linhas Aéreas, o reembolso corresponde a mais de 90% (noventa) por cento do valor pago. Por tais motivos, pleiteia a condenação das demandadas ao pagamento de dano material correspondente ao valor das passagens aéreas adquiridas, no importe de R\$ 1.276,08, bem como ao pagamento da quantia de R\$ 8.000,00, a título de danos morais. Em contestação, a primeira e a segunda demandadas alegam que, de fato, em 24.02.2020, o Autor comprou passagens aéreas para o trecho São Luis - Belo Horizonte, com embarque previsto para 03.04.2020 e retorno em 12.04.2021, por intermédio do site 123 Milhas em parceria com a Viajanet, para voos operados pela Corrê Cia. Azul, no valor total de R\$ 1.276,08, absorvidos integralmente pela Cia. Aérea. Contudo, em decorrência da pandemia do Coronavírus, seu voo foi cancelado por iniciativa da Cia. Aérea, sendo o valor pago convertido em créditos para utilização em até 18 meses da compra, ou seja, outubro de 2021, com o que o Autor consentiu. Assim, em 22.07.2020, o Autor iniciou as tratativas para remarcação junto a Viajanet, informando os dados para emissão das novas passagens, com alteração do período do ano inicialmente contratado. Porém, quando comunicado do valor referente a diferença tarifária para o período, o Autor não concordou com o pagamento, afirmando que faria o agendamento diretamente com a Corrê Cia. Azul. No entanto, em 06.07.2021, um ano após início das tratativas para remarcação, o Autor requereu a Viajanet o procedimento para reembolso e, ciente do valor que seria estornado, considerando as multas pactuadas no momento da compra, desistiu da solicitação. Aduzem que em atenção aos direitos do consumidor prestaram todas as informações que lhe cabiam, principalmente quanto a possibilidade de utilização dos créditos e remarcação dos trechos e, mais certo ainda, que o Autor tinha ciência da política tarifária aplicada pela Cia. Aérea desde o momento da compra. A terceira ré, por sua vez, alega em defesa sua ilegitimidade processual. Quanto ao mérito, aduz que não fará o reembolso imediato, pois a recente Lei 14.034, que prevê medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 na aviação civil brasileira, foi promulgada para conceder a todas as companhias aéreas o prazo de 12 (doze) meses para efetuar o reembolso, a contar da data do voo originalmente contratado. Aduz, ainda, que a situação é de força maior, que exclui a sua responsabilidade. Antes de adentrar o mérito da demanda, analiso a preliminar arguida, a qual entendo por bem rejeitar. Não há que se falar em ilegitimidade processual da cia. aérea, pois era ela quem realizaria o transporte contratado, bem como foi a destinatária final do pagamento realizado pelo autor, uma vez que todos os documentos exigidos por Lei foram juntados e a peça está perfeitamente cognoscível. É, portanto, membro inegável da cadeia de consumo, e conseqüentemente, parte legítima para figurar no polo passivo da demanda. Feitas estas considerações, passo à análise do mérito. Importa salientar que, sendo o autor consumidor dos serviços prestados pela demandada, não há dúvidas de que se aplica ao caso ora sub judice o Código de Defesa do Consumidor. Pois bem. Com efeito, a reserva da autora realmente foi cancelada por motivo de força maior. A Organização Mundial de Saúde havia decretado, naquele

período, a situação de pandemia mundial pela Covid-19. Logo depois, houve a edição da Medida Provisória 925, posteriormente convertida na Lei 14.034. Vale ressaltar, ainda, que a Lei 14034/2020, em seu art. 3º, prevê que o reembolso do valor da passagem aérea devido ao consumidor por cancelamento de voo no período compreendido entre 19 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021 será realizado pelo transportador no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do voo cancelado, observadas a atualização monetária calculada com base no INPC e, quando cabível, a prestação de assistência material, nos termos da regulamentação vigente. No parágrafo segundo, fica estipulado que se houver cancelamento de voo, o transportador deve oferecer ao consumidor, sempre que possível, como alternativa ao reembolso, as opções de reacomodação em outro voo, próprio ou de terceiro, e de remarcação da passagem aérea, sem ônus, mantidas as condições aplicáveis ao serviço contratado. Portanto, ainda que tenha havido o caso de força maior para o cancelamento, permanece a obrigação de restituição de valores. Na hipótese em apreço, a alegação da autora de que houve recusa injustificada pelo ressarcimento está perfeitamente comprovado pela afirmação da primeira e segunda demandadas, de que não efetuariam o reembolso integral. As rés ainda justificaram a recusa pela política tarifária da AZUL. Quanto ao prazo de pagamento de 12 meses, não restam dúvidas que já fora ultrapassado, uma vez que a viagem estava programada para abril de 2020. Assim, sem maior necessidade de explanação, as rés devem ser condenadas à devolução dos valores pagos pelo autor, ou seja, R\$1.276,08 (mil duzentos e setenta e seis reais e oito centavos). Quanto aos danos morais, ressalto que a ausência de processamento pedido administrativo também fez com o que o autor passasse tempo considerável sem poder utilizar de seu dinheiro, já que a restituição nunca ocorreu. Ademais, como dito, a demandante tentou resolver a situação administrativamente, e a ré aparentemente não empreendeu qualquer esforço para solucionar o caso. Assim, entendo que a situação demanda reparação por danos morais, ante a falha de serviço apontada, quanto ao não atendimento da solicitação administrativa, tendo as rés colocado óbices ilegais ao pedido de restituição. Na situação em apreço, por tratar-se de relação de consumo, a hipótese é de responsabilidade civil objetiva, ou seja, em que o dano extrapatrimonial independe de culpa. Ressalte-se que a responsabilidade civil objetiva encontra lastro no Código Civil, em seu art. 927, parágrafo único, in verbis: Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. De igual modo, o Código de Defesa do Consumidor, agora já adentrando em nossa seara, prevê, com regra, a responsabilidade objetiva, como se observa nos artigos 12 e 14, nos quais a expressão “independentemente de culpa” se repete, sendo prescindível a configuração e a mensuração da conduta dolosa ou culposa do fornecedor para a condenação em indenização com natureza punitiva. Assim, ocorrendo falha na prestação dos serviços, sem justificativa plausível ou que ultrapasse a esfera do corriqueiro e do comum, a situação dará ensejo ao arbitramento do dano moral. Em relação à quantificação pecuniária da indenização, ante a ausência de previsão legal expressa, para atingir montante justo e equitativo para satisfação decorrente da lesão aduzida, o julgador deve recorrer a critérios específicos para aferir e valorar, por aproximação, o montante reparatório adequado. Dentre os aludidos critérios, destaca-se o grau de reprovação da conduta lesiva; a intensidade e durabilidade do dano sofrido pela vítima; a capacidade econômica do ofensor e do ofendido; as condições sociais da vítima, etc. Note-se que o montante deve atender, ainda, ao caráter satisfatório da composição do prejuízo moral, bem como aos aspectos punitivo e pedagógicos/preventivos da indenização. ANTE TODO O EXPOSTO, com base na fundamentação supra, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o presente pedido, para condenar as rés, de forma solidária, a ressarcir ao reclamante a quantia de R\$1.276,08 (mil duzentos e setenta e seis reais e oito centavos), de forma simples. Correção monetária pelo INPC a contar do efetivo prejuízo, consoante súmula 43 do STJ, e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Condeno, ainda, as rés, ao pagamento de R\$2.000,00 (dois mil reais) pelos danos morais causados ao requerente, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, contados a partir da condenação. Custas dispensadas com fulcro no artigo 55 da Lei 9.099/95. Sem

condenação em honorários. P.R.I. São Luís, 09/11/2021. MARIA JOSÉ FRANÇA RIBEIRO Juíza de Direito Titular do 7º JEC Siga-nos no instagram: @7juizadoslz Balcão virtual: <https://vc.tjma.jus.br/bvjzdcivel7> Na janela de login, informe o seu nome e a senha balcao1234. Telefones: (98) 3194-6691, E-mail: jzd-civel7@tjma.jus.br